



SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 190, DE 7 DE ABRIL DE 2015

Emissão de Certificados Financeiros do Tesouro, Série B - CFT-B, no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies).

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURE NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com a Lei nº 12.688, de 18 de julho 2012, com a Portaria Interministerial MF/ME nº 376, de 18 de setembro de 2014, e com a Portaria GM/MF nº 350, de 2 de setembro de 2014, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 2.461 (dois mil, quatrocentos e sessenta e um) Certificados Financeiros do Tesouro, Série B - CFT-B, no valor de R\$ 3.135.166,34 (três milhões, cento e trinta e cinco mil, cento e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos), a serem colocados em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, observadas as seguintes condições:

I - forma de colocação: direta, ao par, em favor do FNDE;
II - modalidade: nominativa;
III - valor nominal na data-base: múltiplo de R\$1.000,00 (mil reais);

IV - data-base: 1º de julho de 2000;
V - data de emissão: 1º de janeiro de 2015;
VI - prazo: 15 anos
VII - valor nominal em 01.04.2015: R\$ 1.273,94 (hum mil, duzentos e setenta e três reais e nove e quatro centavos);
VIII - taxa de juros: não há;
IX - atualização do valor nominal: pelo índice calculado com base na TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, desde a data-base do certificado;
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 6.223, DE 31 DE MARÇO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo SUSEP nº 15414.000296/2015-69, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração do artigo 4º e a consolidação do estatuto social de HDI-GERLING SEGUROS INDUSTRIAIS S.A., CNPJ nº 18.096.627/0001-53, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberações tomadas por seus acionistas na assembleia geral extraordinária realizada em 14 de janeiro de 2015.

Art. 2º Conceder a HDI-GERLING SEGUROS INDUSTRIAIS S.A. autorização para operar seguros de pessoas em todo o território nacional.

Art. 3º Ratificar que HDI-GERLING SEGUROS INDUSTRIAIS S.A. encontra-se autorizada a operar seguros de danos e de pessoas em todo o território nacional.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO WESTENBERGER

PORTARIA Nº 6.224, DE 31 DE MARÇO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36, combinado com o artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta dos processos Susep 15414.002223/2014-21 e 15414.000112/2015-61, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de ARUANA SEGUROS S.A., CNPJ nº 07.017.295/0001-58, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 12 de janeiro de 2015:

I - Ampliação da área geográfica de atuação, passando a Companhia a operar seguros de danos nas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 8ª regiões do território nacional; e
II - Reforma e consolidação do estatuto social.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO WESTENBERGER

PORTARIA Nº 6.229, DE 2 DE ABRIL DE 2015

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo SUSEP nº 15414.000061/2015-77, resolve:

Art.1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de PAN SEGUROS S.A., CNPJ nº 33.245.762/0001-07, e BTG PACTUAL SEGURADORA S.A., CNPJ nº 15.437.885/0001-68, ambas com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 31 de dezembro de 2014:

I - Incorporação da totalidade do patrimônio de BTG PACTUAL SEGURADORA S.A. por PAN SEGUROS S.A. na forma do instrumento particular de protocolo e justificação de incorporação firmado em 31 de dezembro de 2014;

II - Ausência de aumento de capital social e reforma de estatuto de PAN SEGUROS S.A.; e

III - Extinção de BTG PACTUAL SEGURADORA S.A.

Art. 2º Aprovar a transferência do controle acionário direto de PAN SEGUROS S.A. para BTG PACTUAL HOLDING DE SEGUROS LTDA., CNPJ nº 15.246.435/0001-98, com sede na cidade de São Paulo - SP.

Art. 3º Ratificar que o controle acionário indireto e a ingerência efetiva nos negócios de PAN SEGUROS S.A. são exercidos por BANCO BTG PACTUAL S.A., CNPJ nº 30.306.294/0001-45, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO WESTENBERGER

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 55, DE 7 DE ABRIL DE 2015

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Cocos	Estiagem - 1.4.1.1.0	005/2015	23/01/15	59050.000152/2015-54
MG	Fruta de Leite	Estiagem - 1.4.1.1.0	003/2015	03/02/15	59050.000168/2015-67
RS	Salto do Jacuí	Vendaval - 1.3.2.1.5	2506	21/10/14	59050.001581/2014-68

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

Ministério da Justiça

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 6 de abril de 2015

Nº 379 - Processo Administrativo nº 08700.008596/2013-33. Representante: ABRAMGE/RJ/ES e Casa de Saúde São Bernardo S/A. Representada: Associação de Urologia do Estado do Espírito Santo. Advogados: Paulo Henrique Cunha da Silva e outros.

Acolho a Nota Técnica nº 21/2015/CGAA2/SGA1/SG/CADE, aprovada pelo Superintendente Adjunto Substituto e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica nº 21/2015/CGAA2/SGA1/SG/CADE, decido: (i) pelo possibilidade da Representada, caso queira, realizar a juntada de prova documental até o encerramento da instrução processual; e (ii) pelo deferimento de produção de prova testemunhal, a ser realizada nos horários e datas que serão designados oportunamente pela Superintendência-Geral do CADE. Caso seja de interesse das Representadas, essas podem, facultativamente, trazer aos autos declarações escritas assinadas pelas pessoas arroladas como testemunhas, contendo as informações fáticas de que estas conhecem acerca do mérito do presente Processo Administrativo. Advirta-se que nesse caso a prova também terá caráter documental, e deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias da publicação da decisão do Superintendente-Geral Interino, sob pena de indeferimento da produção da prova. Ao Setor Processual.

Nº 387 - Apartado de Acesso Restrito nº 08700.011112/2014-14 (relacionado ao Processo Administrativo nº 08700.000625/2014-08). Representante: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Representado(s): Sindicato do Comércio Varejista de Derivados do Petróleo do Estado do Rio Grande do Norte - Sindipostos, Antônio Cardoso Sales, Agenor Silveira Távora Neto, José Vasconcelos da Rocha Júnior, Túlio Maurício Câmara Flor, Luiz da Costa Cirne Júnior, Rildeni-ro Medeiros e Fernando Dinoá Medeiros Filho, Posto Novo Horizonte II, Posto Novo Horizonte, Posto Pium Ltda., Posto Pium Ltda. (Filial I), Posto Pium Ltda. (Posto Pirangi), Cavalcanti & Rocha Ltda. (Posto Arêz), Cavalcanti & Rocha Ltda. (Posto Litoral Norte), Cirne Pneus Comércio e Serviços Ltda. (Postos Cirne I), Cirne Pneus Comércio e Serviços Ltda. (Posto Cirne II), Cirne Pneus Comércio e Serviços Ltda. (Posto Cirne III), Cirne Pneus Comércio e Serviços Ltda. (Posto Cirne IV), Cirne Pneus Comércio e Serviços Ltda. (Posto Cirne V), Cirne Distribuidora de Bebidas Ltda., Tirol Comércio Ltda., Joaquim Alves Flôr & Cia. Ltda. (Posto Jota Flôr I), Joaquim Alves Flor & Cia Ltda. (Posto Jota Flôr II) Joaquim Alves Flôr & Cia. Ltda. (Posto Jota Flôr III), Joaquim Alves Flor & Cia Ltda. (Posto Jota Flôr IV), M.B. Comércio e Derivados de Petróleo Ltda. (Posto Via Sul) e Petrobrás Distribuidora S/A. Advogado(s): Arthur Villamil Martins, Fernando Antônio Leal Caldas Filho, Pedro Lucas de Moura Soares, Fabiano de Cristo Cabral Rodrigues e outros.

Acolho a Nota Técnica nº 22/2015/CGAA6/SGA2/SG/CADE, aprovada pelo Superintendente Adjunto, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei n. 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica nº 22/2015/CGAA6/SGA2/SG/CADE, decido: (i) pelo deferimento da preliminar de ilegitimidade passiva arguida e consequente exclusão do polo passivo dos seguintes Representados: Cirne Pneus Comércio e Serviços Ltda. - Posto Cirne I, posto Cirne Pneus Comércio Serviços Ltda. - Posto Cirne II, Posto Pium Ltda. (Posto Nísia) e Cavalcanti e Rocha Ltda. (Posto Arêz); (ii) pelo indeferimento da preliminar de ilegitimidade passiva argüida pelos Representados Rildeni-ro Medeiros e Tirol Comércio Ltda.; (iii) pelo indeferimento das preliminares relacionadas ao cerceamento de defesa dos Representados, por falta de amparo legal; (iv) pelo deferimento do pedido de produção de prova documental de todos os Representados, desde que sejam apresentados novos documentos até o término da instrução processual; (v) pelo indeferimento do pedido de produção de provas periciais econômicas e contábeis requeridas pelos Representados Rildeni-ro Medeiros, Antônio Cardoso Sales, Transportes e Comércio Novo Horizonte Ltda. (Posto Novo Horizonte I), Novo Horizonte Comércio e Derivados de Petróleo Ltda. (Posto Novo Horizonte II), Agenor Silveira Távora Neto, José Vasconcelos da Rocha Júnior, Posto Pium Ltda (Filial I), Posto Pium Ltda (Posto Pirangi), Cavalcanti e Rocha Ltda (Posto Litoral Norte), Túlio Maurício Câmara Flor, Joaquim Alvez Flor & Cia Ltda. (Posto Jota Flôr I), Joaquim Alvez Flor & Cia Ltda. (Posto Jota Flôr II), Joaquim Alvez Flor & Cia Ltda (Posto Jota Flôr III), Joaquim Alvez Flor & Cia Ltda (Posto Jota Flôr IV), Luiz da Costa Cirne Júnior, Cirne Distribuidora de Bebidas Ltda., Cirne Pneus Comércio e Serviços Ltda (Posto Cirne III), Cirne Pneus Comércio e Serviços Ltda (Posto Cirne IV), Cirne Pneus Comércio e Serviços Ltda (Posto Cirne V), Tirol Comércio Ltda., Fernando Dinoá Medeiros Filho, M.B. Comércio e Derivados de Petróleo Ltda (Posto Via Sul), bem como Sindipostos, sem prejuízo de que os Representados produzam, às suas expensas, tais provas ou apresentem estudos e pareceres técnicos, uma vez que lhes é assegurado o direito de apresentação de novos documentos até o final da instrução processual; (vi) pelo indeferimento do pedido de realização de perícia nos arquivos e mídias originais das interceptações telefônicas e exame espectrográfico; (vii) pelo indeferimento dos pedidos genéricos de produção de provas requeridas pelos Representados Rildeni-ro Medeiros e Petrobrás Distribuidora S/A; (viii) pelo deferimento do pedido de produção de prova testemunhal feito pelo Sindicato do Comércio Varejista de Derivados do Petróleo do Estado do Rio Grande do Norte - Sindipostos, por meio da oitiva do Sr. Eduardo Henrique Gomes de Carvalho; (ix) pelo indeferimento do pedido de oitiva de testemunha feito pelo Representado Rildeni-ro Medeiros; (x) pela intimação de Rildeni-ro Medeiros, em nome de seus representantes legais, a fim de que compareça à sede do Cade para a colheita de seu depoimento pessoal, com vistas a apurar as condutas ora investigadas; (xi) a intimação de todos os Representados acerca do local, data e horários das oitivas do Representado Rildeni-ro Medeiros e da testemunha Eduardo Henrique Gomes de Carvalho que ocorrerão, respectivamente, às 10:00 horas e às 11:00 horas do dia 05 de maio de 2015 na sede do Cade, localizada na SEP 515, Conjunto D, Lote 4, Ed. Carlos Taurisano, 2º andar, Sala de Reuniões da Superintendência-Geral do Cade, CEP: 70770-504, na cidade de Brasília/DF, conforme disposto na Nota Técnica nº 22/2015/CGAA6/SGA2/SG/CADE; e (xii) pela retificação do polo passivo, para onde constava o nome "Rilder Medeiros", passar a